

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT11.013

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS: DESAFIOS ENCONTRADOS POR PROFISSIONAIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl¹ Tania Regina Guimarães Trindade² Paulo Rogério Silva de Paiva Junior³

RESUMO

O direito da educação universal no Brasil ainda é um dos grandes desafios a ser superado e certamente a inclusão escolar e sua correta efetivação, é o maior de todos, além de ter tomado o debate das discussões e o redirecionamento de muitos fundamentos das políticas educacionais vigentes. De fato, a mera inserção das crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento no ambiente escolar compartilhando do mesmo espaço que outras crianças "ditas normais", não a qualifica como um processo de inclusão. Além disso, em sua maioria, trata-se de um ambiente composto por profissionais sem qualificação para lidar com a educação especial. O objetivo da pesquisa é compreender os principais desafios encontradas por orientadores educacionais na inclusão de crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento regular no âmbito escolar. O tipo da pesquisa é quanti-qualitativa e a metodologia utilizada será através da aplicação de um questionário semiestruturado. A análise de dados foi feita através da análise de Bardin e pelo programa Excel 2010. Concluímos que através dos resultados que as maiores dificuldades encontradas no processo de inclusão escolar e a falta da capacitação dos professores regentes das turmas, a falta de políticas públicas adequadas e falta de recursos de físicos, profissional adequado e material em quantitativo e um traba-

























¹ ProfessoraMestre do Curso de Graduação de Pedagogia da Universidade Iguaçu - UNIG - RJ, paulamantilla72@hotmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu - UNIG - RJ, trgtrindadet@gmail.com;

³ Graduado pelo Curso de Licenciatura em Cieências Biológicas da Universidade Iguaçu - UNIG - RJ, paivajunior 2006 (ahotmail.com;



lho feito juntamente com uma equipe interdisciplinar, ideal para suprir a realização de uma inclusão adequada.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Desafios; Orientadores Educacionais.

ABSTRACT

The right to universal education in Brazil is still one of the greatest challenges to be overcome and certainly school inclusion and its correct implementation is the greatest of all, in addition to having taken up the debate and redirected many of the foundations of current educational policies. In fact, the mere inclusion of children with disabilities and pervasive developmental disorders in the school environment, sharing the same space as other "normal" children, does not qualify it as an inclusion process. Furthermore, for the most part, it is an environment made up of professionals without qualifications to deal with special education. The objective of the research is to understand the main challenges encountered by educational counselors in the inclusion of children with disabilities and pervasive developmental disorders in the school environment. The type of research is quantitative-qualitative and the methodology used will be through the application of a semi-structured questionnaire. Data analysis was carried out using Bardin's analysis and the Excel 2010 program. We concluded that through the results that the greatest difficulties encountered in the process of school inclusion and the lack of training of teachers leading the classes, the lack of adequate public policies and lack of physicist resources, adequate professionals and quantitative material and work carried out together with an interdisciplinary team, ideal for providing adequate inclusion.

Keywords: School inclusion; Challenges; Educational Advisors.



























1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência no campo educacional não se constitui em um fato recente. Advém de uma luta histórica, consolidando-se, expressivamente, enquanto movimento social, mundialmente conhecido, com a Declaração Mundial sobre Educação para todos (IGNÁCIO, 2015).

O processo de inclusão escolar trata-se de uma integração da comunidade em meia diversidade existente, tendo como suporte os profissionais da educação, os pais e familiares de alunos com deficiência, tendo como pano de fundo o ser humano como ser singular e único deixando de lado um padrão que é preestabelecido por uma sociedade (IGNÁCIO, 2015).

Para que o processo de inclusão aconteça, são necessários vários fatores, estes que estão ligados diretamente à educação e fatores que estão indiretamente ligados e tem uma grande influência no processo (SOUZA, 2011).

As discussões sobre as políticas públicas da educação especial, voltadas para a inclusão escolar, seus programas e estratégias, particularmente as que propõem melhoria da qualidade educacional, são sempre importantes. De acordo com Freitas (2004), o discurso ideológico da qualidade é utilizado no próprio interior da escola, na medida em que ocorre legitimação da exclusão do aluno com deficiência, responsabilizando o aluno pelo seu fracasso escolar, ou seja, ele é culpado pela sua deficiência igualdade no processo de inclusão escolar (CAIADO, 2003).

Essa ideologia do esforço pessoal mascara a qualidade de ensino oferecida na Educação Básica, na medida em que esse discurso naturaliza a desigualdade social, de maneira que conforma as classes desfavorecidas socioeconomicamente a terem a oportunidade e o direito à educação de qualidade (SOUZA, 2011).

Para Souza (2011) as estratégias políticas para promoção das reformas passam pelo discurso do alcance das metas de qualidade, considerando que as discussões no âmbito da educação inclusiva, as características de participação e de democratização de todos apontam para a necessidade de investimento mais intenso na qualidade do ensino, oferecido pelos sistemas federal, estadual e municipal.

Silva (2003) defende que, desde o início da década de 1990, vimos a intensificação do uso das expressões "inclusão social", "inclusão digital", "inclusão educacional", entre outras. Tais expressões veiculam, no contexto político atual,























o sentido de defesa e garantia dos direitos dos sujeitos e/ou grupos submetidos historicamente a processo de exclusão em alguma área da vida humana.

O direito da educação universal no Brasil ainda é um dos grandes desafios a ser superado e certamente a inclusão escolar e sua correta efetivação, é o maior de todos, além de ter tomado o debate das discussões e o redirecionamento de muitos fundamentos das políticas educacionais vigentes, principalmente da LDB, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por seu aspecto que centraliza a temática como questão de envolvimento coletivo da comunidade escolar como parceiros na ação de enfrentamento a exclusão escolar (BOY, 2019).

A política nacional de educação especial, conforme Brasil (2007), estabelece que são alunos com necessidades especiais aqueles que apresentam deficiências (mental, auditiva, física, visual e múltiplas), superdotação ou altas habilidades, ou condutas típicas devido a quadros sindrômicos, neurológicos, psiquiátricos, e psicológicos que alterem sua adaptação social a ponto de exigir intervenção especializada.

Para Mazzotta (2005) o objetivo da educação especial para alunos com necessidades educativas especiais é o de conduzir os obstáculos que impedem o indivíduo de desempenhar atividades e participar plenamente na sociedade. Os estudos mais contemporâneos em educação especial apontam para uma educação inclusiva tanto no ponto de vista legal quanto dos princípios educacionais, porque as práticas inclusivas indicam uma evolução da educação especial.

Na perspectiva da inclusão, tem-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, prevendo atendimento especializado em salas de recursos e centros especializados de referência para alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

A orientação desses atendimentos nas classes comuns é apresentada pelas Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, elaborando-se, em 2010, duas orientações: para a organização dos Centros de Atendimento Educacional Especializado, segundo Nota Técnica SEESP/GAB n° 9 (BRASIL, 2010); e, para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares, de acordo com a Nota Técnica SEESP/GAB n° 11 (BRASIL, 2010).

Tratando-se do atendimento educacional especializado através das salas de recursos multifuncionais, Carvalho (2019) afirma que os recursos didáticos correspondem a todos os meios físicos, utilizados, com maior ou menor fre-























quência, em todas as disciplinas, áreas de estudo, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados. Visam auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem.

O processo de inclusão deve ser entendido e analisado dentro das condições reais de cada sociedade, pois, do contrário, ficaria apenas no discurso, na utopia. Mazzota (1998), ao discutir as perspectivas da inclusão de pessoas portadoras de deficiências, analisa dois planos distintos e interdependentes: o real (realidade tal como se apresenta) e o ideal (esperança de realização do desejado). Ainda que afirme que, numa sociedade que se pretende democrática, a educação de qualidade deve ser para todos, sem exclusão sob qualquer pretexto, adverte que, para além dos ideais proclamados e das garantias legais, é preciso conhecer o mais profundamente possível as condições reais de nossa educação escolar, especialmente a pública e obrigatória, e só a partir daí dimensionar pontos de mudança necessários para alcançar a qualidade que se espera da educação escolar.

Segundo o autor Mazzota (1998), para que a educação escolar não exclua qualquer educando, com ou sem deficiência, é preciso que se entenda que a inclusão e a integração não se caracterizam pela simples extinção ou retirada de serviços ou auxílio especiais da educação, pois muitas vezes recursos são necessários para que o aluno seja efetivamente incluído.

Para Batalha (2009) a proposta governamental em relação às políticas públicas inclusivas parece, em um primeiro momento, bem condizentes com as necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência. Entretanto, a inclusão tem encontrado dificuldades para se efetivar. Tais dificuldades podem ser atribuídas, quer pela resistência em frequentar o ensino regular por parte de algumas pessoas com deficiência, quer pelas dificuldades das escolas em se adaptarem às necessidades desses alunos.

Além disso, Batalha (2009) aponta a necessidade de maiores investimentos financeiros nas adaptações curriculares e na estrutura física escolar.

Esta pesquisa se baseia nos desafios da inclusão sob a ótica de profissionais envolvidos no processo de inclusão, no ensino regular.

Por meio da inclusão a criança passa a desenvolver todas as suas capacidades, bem como um processo de socialização, começa a se preparar para enfrentar novos desafios, fazer do mundo um lugar melhor, onde não haja discriminação pelas diferenças.























Segundo Mantoan (2003), a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. A escola deve ser um espaço, no qual se atenda a todas as diversidades, uma vez que as pessoas são diferentes entre si e cada uma apresenta sua individualidade e singularidade, ao longo da vida escolar essas diferenças serão evidenciadas, uma vez que uma sobressairá sobre a outra em determinada área, e assim sucessivamente.

Por isso, todas as diferenças devem ser respeitadas, e devem ser levadas em consideração no processo ensino-aprendizagem, bem como no contexto de convívio social. Para que se efetive a inclusão é preciso superar muitos desafios, é preciso que haja uma reestruturação do currículo escolar, uma capacitação dos professores, para que esses saibam lidar de forma adequada com esses indivíduos, passando a contribuir de forma positiva e significativa em seu processo ensino-aprendizagem (MANTOAN, 2003).

Os impasses com os quais os educadores lidam na inclusão de crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, perpassam diversos aspectos ligados à falta de domínio no tocante à efetivação da inclusão dessas crianças nas salas regulares de ensino. Isso ocorre em virtude da falta de equiparação de todos esses profissionais para lidar com as questões aí imbricadas, uma vez que o modelo de inclusão, adotado em diversos ambientes escolares no Brasil, está ligado não à inclusão e sim a integração (FERREIRA, 2018).

De fato, a mera inserção das crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento com o ambiente escolar compartilhando do mesmo espaço que outras crianças "ditas normais", não a qualifica como um processo de inclusão. Além disso, em sua maioria, trata-se de um ambiente composto por professores sem qualificação para lidar com a educação especial.

Por isso a pesquisa se faz tão relevante, pois nos mostra os reais desafios encontrados no âmbito escolar pelos vários professionais que participam do processo de inclusão.

2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

• Compreender os principais desafios encontrados por orientadores educacionais na inclusão de crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento no âmbito escolar.























OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar Políticas Públicas e a literatura especializada acerca da Educação Especial/Inclusiva;
- Mapear as opiniões de orientadores educacionais acerca da inclusão, em seu curso e desafios encontrados no processo de inclusão;
- Diagnosticar as potencialidades e as fragilidades apontadas pelos orientadores educacionais no processo de inclusão dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualiquantitativa (CRESWELL, 2006). Isto é, visa compreender os principais desafios encontradas por orientadores educacionais na inclusão de crianças com deficiências no âmbito escolar.

3.2 POPULAÇÃO-ALVO

Orientadores educacionais pertencentes as escolas da rede pública municipal, do Município de Nova Iguaçu.

3.3. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Serão considerados participantes da pesquisa os indivíduos que satisfizeram os seguintes critérios de inclusão:

Orientadores Educacionais das escolas da rede pública, do Município de Nova Iguaçu.

3.4 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Pessoas que não concordarem em assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido:



























Orientadores educacionais que não sejam pertencentes a rede pública de ensino, do Município de Nova Iguaçu.

3.5 INSTRUMENTO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado, foi um questionário semiestruturado (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011), que serviu para avaliar as percepções e experiências dos orientadores educacionais em relação aos principais desafios encontradas na inclusão de crianças com deficiências no âmbito escolar.

O questionário será passado aos profissionais através da plataforma Google Forms, para otimizar o desenvolvimento da pesquisa.

3.5.1 CAMINHO A PERCORRER

Como a presente pesquisa procura compreender os fenômenos: desafios encontrados por profissionais na inclusão de crianças com deficiências, através de estudo empírico. Acredita-se que o questionário semiestruturado, próprio da pesquisa qualitativa com critérios de intenção vinculados ao delineamento da situação-problema, permitirá a integração entre dados quantitativos e qualitativos (MANTOAN, 2003).

O questionário proposto tem como objetivo coletar informações acerca dos das dificuldades encontradas por profissionais, sobre o processo de inclusão escolar, através de suas narrativas. Serão analisados os conteúdos, segundo as proposições de Bardin (1977), desvendando significações de diferentes tipos de discursos, baseando-se na inferência ou dedução, mas respeitando critérios específicos propiciadores de dados em frequência e estruturas temáticas.

Na sequência, serão feitos recortes na unidade de contexto e de registro. De acordo com Bardin (1977), unidade de registro (UR), apesar de dimensão variável, é o menor recorte de ordem semântica que se liberta do texto, podendo ser uma palavra-chave, um tema, objetos, personagens etc. Já unidade de contexto (UC), em síntese, deve fazer compreender a unidade de registro, tal qual a frase para a palavra.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Parecer de Aprovação: 5.795.694 CAAE: 65219222.7.0000.8044























3.7. ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados serão analisados através da análise de Bardin (1977) e pelo programa Excel 2010.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos até agora foi um n=27 entrevistas feitas com orientadoras educacionais das escolas municipais do município de Nova Iguaçu.

Os resultados serão demostrados em porcentagens.

Parte 1 da Pesquisa – Categorização dos respondentes

```
a) Idade
```

30 - 40 anos - 30 %

40 - 50 anos - 65%

Acima de 50 anos - 5%

b) Sexo:

Feminino - 100%

Masculino - 0%

Outro - 0%

c) Quanto tempo você exerce a função de orientador educacional?

De 1 a 5 anos – 13%

De 5 a 10 anos - 43%

De 10 a 15 anos - 7%

De 15 a 20 anos - 26%

De 20 a 25 anos – 11%

De 25 a 30 anos – 0%

d) Quanto tempo você exerce essa função nesta escola atual?

De 1 a 5 anos – 44%

De 5 a 10 anos – 33%

De 10 a 15 anos – 23%

De 15 a 20 anos - 0%



+educação

























Parte 2 – Perguntas específicas para a análise da pesquisa

a) O Projeto Político Pedagógico da sua escola estabelece o trabalho voltado para a inclusão?

Sim - 23%

Não - 77%

b) Você já fez alguma formação sobre a Educação Inclusiva?

Sim - 40%

Não - 60%

c) A escola proporciona estudos sobre a inclusão?

Sim - 0%

Não - 100%

d) Como você percebe a relação dos alunos incluídos e dos demais alunos com o trabalho na sala de aula?

Boa - 20%

Regular - 80%

Ruim - 0%

e) Em sua opinião, os métodos e os procedimentos adotados na sala de aula, para o processo de inclusão, são favoráveis para promover o aprendizado e a socialização do aluno na turma?

Sim - 0%

Não - 100%

f) Na escola que você trabalha existe suporte para o processo de inclusão de crianças com deficiências (visual, auditiva e física), transtornos do neurodesenvolvimento (Autista, TDAH, Dislexia, Deficiência Intelectual) e Transtorno Opositor Desafiador (TOD) etc.?

Sim - 20%

Não - 80%

+educação





























g) As políticas públicas existentes na atualidade são suficientes para a implementação de uma educação inclusiva adequada?

Sim - 100%

Não - 0%

h) Que recursos a escola dispõe para beneficiar o aprendizado do aluno atípico no processo de ensino-aprendizagem?

Tivemos como 80 % das respostas como – Nenhum, o professor que tem que buscar.

Tivemos como 20 % das respostas como – Existem poucos recursos, como as salas de recursos.

i) Quais as maiores dificuldades você percebe que existe em se aplicar os recursos que proporcionam aprendizagem para os alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, dentro de um processo inclusivo?

Tivemos como 65 % das respostas como – Os professores ainda se encontram muito resistentes à inclusão e muitas vezes alegam que não têm formação, negando se a aplicar os recursos propostos pela Equipe escolar.

Tivemos como 15 % das respostas como – A falta de suporte, a falta de conhecimento para saber o que fazer com tantas diferenças que encontramos no dia a dia.

Tivemos como 20% % das respostas como – Necessito de formação para aplicar os recursos.

j) Qual o maior desafio que você encontra dentro desse processo inclusivo, enquanto orientador educacional?

Tivemos como 25 % das respostas como – A adequação do professor e os alunos com Transtornos que não frequentam terapias fora do contexto escolar.

Tivemos como 34 % das respostas como – A falta de recursos para trabalhar com a inclusão.

Tivemos como 41 % das respostas como – A pouca formação dos professores para lidarem com educação inclusiva

























k) Considerando a sua experiência como profissional, que propostas metodológicas propõem para melhorar à aprendizagem dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento?

Tivemos como 14 % das respostas como – Acredito que o conhecimento em relação a uma inclusão verdadeira que vai gerar a transformação social.

Tivemos como 32 % das respostas como – "É necessários mais conhecimento sobre as diversidades, é necessário mais apoio da escola, da própria secretaria de educação, e necessário mais profissionais como mediadores, sala de recursos mais apropriadas.

Tivemos como 54 % das respostas como – "Levar o conhecimento prático sobre os transtornos mentais para todos os profissionais que fazem parte da escola e do processo de ensino do aluno, pois a partir daí poderemos criar maneiras mais adequadas de trabalhar com esses alunos.

Foram entrevistados 27 orientadores, todos do sexo feminino. A idade das entrevistadas variou dos 30 aos 68 anos. O tempo de trabalho como orientador vai de 1 ano a 20 anos. A maioria das orientadoras respondentes dizem que o projeto político pedagógico da escola não estabelece um trabalho voltado para inclusão e que não oferece capacitação em relação a estudo sobre o processo de inclusão. Quando se pergunta quais as maiores dificuldades você percebe que existem em se aplicar os recursos que proporcionam aprendizagem para os alunos atípicos, dentro de um processo inclusivo, encontramos variadas respostas, como a falta de conhecimento por parte dos professores, a falta de recursos físicos e profissional, como agentes de apoio em um quantitativo adequado. Em relação ao maior desafio que encontrado dentro desse processo inclusivo, enquanto orientador educacional, a maior parte das respostas foi um apoio maior por parte da secretaria de educação e não apenas cobrancas, assim como fornecimento de educação continuada, tratando do tema, falta de recursos humanos e financeiros e falta de trabalho com uma equipe interdisciplinar. Perguntou-se sobre as propostas metodológicas que se propõem para melhorar à aprendizagem dos alunos com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, obtivemos respostas como material pedagógico adequado e uma rede de apoio da saúde para promover o bom desenvolvimento da criança. Sem as terapias adequadas, a escola não conseque realizar seu trabalho, Materiais didáticos e profissionais com formação para lhe dar com essa área e criação de mais























salas de recursos de preferência em todas as unidades escolares, capacitação e formação de pós-graduação e troca de experiências com os colegas com metodologias bem-sucedidas.

Os dados coletados neste estudo revelam uma série de desafios enfrentados por orientadores educacionais na inclusão de crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento no contexto das escolas municipais de Nova Iguaçu.

Primeiramente, a predominância de orientadoras educacionais do sexo feminino reflete uma tendência comum no setor educacional. A faixa etária majoritária de 40 a 50 anos sugere uma experiência significativa, porém, a formação contínua em educação inclusiva parece ser insuficiente, visto que 60% das orientadoras não possuem formação específica na área. Outro ponto relevante é a falta de um projeto político-pedagógico voltado para a inclusão, com 77% das entrevistadas afirmando que suas escolas não possuem um plano específico para essa finalidade. Este dado é alarmante, pois indica que a inclusão não é uma prioridade em muitas das instituições avaliadas, o que compromete a efetividade das políticas de inclusão. A ausência de suporte por parte das escolas para a inclusão foi destacada por 80% das participantes, evidenciando uma lacuna significativa nos recursos e no treinamento dos professores para lidar com alunos com necessidades especiais. Tal falta de suporte pode ser vista como um reflexo direto das políticas públicas atuais, que, apesar de serem consideradas suficientes por 100% das entrevistadas, parecem falhar na sua implementação prática. As dificuldades na aplicação de recursos inclusivos, como a resistência dos professores e a falta de formação adequada, foram citadas por 65% e 41% das respondentes, respectivamente. Estes dados apontam para a necessidade urgente de capacitação contínua e específica para os educadores, além da criação de uma cultura escolar que valorize a inclusão. O maior desafio identificado pelos orientadores educacionais é a falta de recursos e a formação inadequada dos professores, com 41% das respostas apontando para a necessidade de maior investimento na capacitação dos docentes e na infraestrutura escolar.

Quanto às propostas metodológicas sugeridas, destaca-se a necessidade de formação prática sobre transtornos mentais para todos os profissionais da escola, apontada por 54% das respondentes. Isso reforça a importância de um treinamento contínuo e abrangente, que considere as especificidades dos diversos transtornos do desenvolvimento e deficiências.























Em suma, os resultados deste estudo evidenciam que, embora as políticas públicas de inclusão existam, sua efetivação esbarra em barreiras práticas, como a falta de formação adequada e recursos insuficientes. Para melhorar a inclusão escolar, é imprescindível investir na capacitação contínua dos educadores, na adaptação curricular e na criação de uma rede de apoio que envolva tanto o setor educacional quanto o setor de saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que as maiores dificuldades encontradas no processo de inclusão escolar estão diretamente relacionadas à falta de capacitação dos professores regentes, inadequação das políticas públicas e escassez de recursos físicos e materiais. A ausência de profissionais adequados e a falta de um trabalho em equipe interdisciplinar comprometem a efetivação de uma inclusão escolar verdadeira.

Para superar esses desafios, é crucial investir na formação contínua dos docentes, adaptar os currículos e criar uma rede de apoio robusta que envolva tanto o setor educacional quanto o de saúde. Somente com uma abordagem integrada e comprometida será possível garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATALHA, D. V. **Um breve passeio pela Política Nacional de Educação Especial n a Perspectiva da Educação Inclusiva**. Anais do Congresso Nacional de Educação, Cur itiba, PR, Brasil, 2009.

BOY, P. P. **Educação Inclusiva: desafios e possibilidades**. 2019. Disponível em: https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.

























BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Incl usiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRITTO JÚNIOR, A. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem. Educação inclusiv a**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. C ampinas: Autores Associados, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer**. PROESC, 2018. Disponível em: https://www.proesc.com/blog/educacao:-inclusiva-o-que-aescola-precisa-fazer. Acesso em: 14 nov. 2022.

FREITAS, L. C. Avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 86, 2004.

IGNÁCIO, T. **Os desafios da inclusão no ambiente escolar**. 2015. Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Unive rsidade de Brasília, Brasília.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 5ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Inclusão, integração ou chaves da vida humana**. In: III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Diversidade na Educação: Desafio para o Novo Milê nio, Foz do Iguaçu. Anais do Congresso. Brasília: SEESP/MEC, 1998.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.



























SILVA, R. R. A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da rede Municipal de Ensino de Campinas. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, S.P., 2003.

SOUZA, A. L. L. Qualidade do ensino público e democratização da gestão escolar: pressupostos, implicações e perspectivas. In: SOUZA JUNOR, L. de; FRANÇA, M. S. B. de. (Orgs.). **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade de ensino.** 2011.



+educação



















